

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO 09/2025

PROCESSO 29/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 01/2025

#### **I - EMENTA**

Direito administrativo. Dispensa de Licitação. Contratação emergencial. Serviços continuados de serviços gerais, limpeza, copa e cozinha, conservação e higienização, destinada a atender às necessidades operacionais da sede do CONIMS, da unidade externo do Compras/Almoxarifado e CAPS AD III. Lei 14.133/21.

#### **II– DOS FATOS**

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer parecer jurídico relativo à regularidade do processo de dispensa com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e na Resolução CONIMS nº 109/2023.

#### **III- RELATÓRIO**

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Justificativa da demanda – evento 02, 03 e 04
- 02) Solicitação inicial – evento 05
- 03) orçamentos e cesta de preços – evento 06 e 07
- 04) Solicitação de contratação – evento 08
- 05) documentos da empresa – eventos 09
- 06) Ato de nomeação de comissão especial – evento 10
- 07) Minuta de contrato – evento 11
- 08) termo de referência – evento 12
- 09) Parecer Contábil – evento 13
- 10) Ata de reunião e julgamento – evento 14
- 11) Autorização para abertura – evento 15
- 12) Solicitação de Parecer Jurídico – evento 16

É o relatório

#### **IV– DO PARECER**

Trata-se de pedido de contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de serviços gerais, limpeza, copa e cozinha, conservação e higienização, destinada a atender às necessidades operacionais da sede do CONIMS e de unidades externas, pelas razões indicadas na Justificativa subscrita pelo Presidente do CONIMS, todos indicando a emergência da contratação, pelas razões ali pontuadas, de natureza discricionária e razoável ao crivo da legalidade.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir os agentes de contratação e agentes da alta administração no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133/2021<sup>1</sup>, que rege a presente contratação direta, bem como as Resoluções CONIMS que versam sobre o tema.

Importante destacar que, na forma do artigo 22<sup>2</sup> da Resolução CONIMS nº 60/2023, a análise jurídica da futura contratação, não abrange os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, além da necessidade da contratação e a delimitação do objeto para a sua satisfação.

#### a) Da Necessidade da contratação e do objeto

A presente contratação foi impulsionada por demanda indicada pelo Setor de Gestão de projetos, considerada por setor consulente de caráter emergencial, conforme se extrai:

Identificador DFD-56-2025	Assunto Contratação de empresa para prestação de serviços de higiene e limpeza do consórcio		
Tipo Documento de	Grupo	Solicitante Maurício Gross da Costa	Data/Hora 22/01/2025 10:19
<p><b>Conteúdo</b> Esse documento tem por objetivo formalizar as solicitações das demandas de contratações do CONIMS.</p> <p>É necessário responder todas as perguntas com o máximo de informações e encaminhar planilha dos quantitativos em anexo:</p> <p><b>1. Assinale para qual órgão é a contratação:</b>  <input checked="" type="checkbox"/> CONIMS  <input type="checkbox"/> MUNICÍPIOS  <input type="checkbox"/> CONIMS E MUNICÍPIOS</p> <p><b>2. A descrição do objeto, com elementos suficientes para caracterizá-lo:</b>  Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de serviços gerais, limpeza, copa e cozinha, conservação e higienização para o CONIMS, o Setor de Compras/Almoxarifado/CAF/Farmácia e a unidade do CAPS AD III, em Coronel Vivida/PR.</p> <p><b>3. A justificativa para a aquisição ou a contratação:</b>  A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços continuados, como limpeza, copa e cozinha, conservação e higienização, é fundamental para garantir a eficiência operacional de uma organização. Primeiramente, esses serviços exigem mão de obra qualificada e treinada, que compreenda as melhores práticas de higiene e organização. Ao terceirizar essas atividades, a empresa pode assegurar que os ambientes estarão sempre limpos e bem cuidados.  Além disso, a gestão de limpeza e conservação envolve uma série de rotinas e normativas que exigem monitoramento constante e atualizações, como as normas de segurança e saúde no trabalho. A contratação de uma empresa especializada garante que todos esses requisitos sejam cumpridos de forma contínua e profissional. Isso não só assegura a conformidade com as exigências legais, mas também contribui para a criação de um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo, evitando problemas relacionados a contaminações, doenças ou acidentes ocasionados por um ambiente mal cuidado.  Outro benefício importante é a redução de custos operacionais e a otimização de recursos. Empresas especializadas possuem expertise na gestão de recursos, como produtos de limpeza e equipamentos adequados, além de poderem realizar serviços de forma mais eficiente e com menor custo. Dessa forma, ao invés de investir em uma estrutura própria para gerenciar essas funções (como contratação de pessoal, treinamento e aquisição de materiais), a organização pode contar com um serviço de qualidade, controlando seus gastos de maneira mais assertiva e reduzindo riscos associados à gestão interna dessas atividades.</p>			

<sup>1</sup> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

<sup>2</sup> Art. 22 As manifestações da assessoria jurídica, sempre por escrito, serão restritas aos aspectos jurídicos dos expedientes e dos documentos submetidos à análise, não alcançando questões relacionadas ao objeto, as condições de fornecimento, ao valor das contratações e à conveniência e oportunidade da abertura e homologação do certame, bem como questões de ordem técnica diversa ou atos de gestão.

Parágrafo Único. Os pareceres jurídicos **não têm caráter vinculante**, cabendo, no entanto, a indicação expressa das ressalvas de natureza jurídica.

Contudo, desse relato e nem das razões do Presidente se evidencia o MOTIVO pelo qual demanda é de contratação urgente. Veja-se que em ambos há indicação da necessidade do serviço de limpeza, indiscutível, e que já há um Contrato firmado pelo CONIMS para esse mister. Indicou-se que a execução deste apresenta problemas mas NÃO se registrou um fato importante – o de que este contrato teve a sua execução SUSPENSA no âmbito do processo administrativo apuratório nº 13/2025, em decisão cautelar.

Eis a razão da urgência, que existente, justifica a presente contratação. Sugere-se, portanto, a **menção expressa** a este fato e a juntada aos autos para a sua regular instrução.

Quanto à descrição do objeto da contratação, sugere-se a adequação para o fim de que passe a ser o de cessão de mão de obra para a prestação de serviço de limpeza” e não “prestação de serviço de limpeza”.

Tal adaptação impacta, de igual forma, nos requisitos de habilitação técnica, conforme entendimento do TCE/PR, no Acórdão 455/23 - Tribunal Pleno, segundo o qual, para a *“contratação de cessão de mão de obra, os atestados de capacidade técnica exigidos devam comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada. Além disso, para demonstração da qualificação técnica, o município não deve exigir que os atestados de capacidade técnica venham acompanhados das notas fiscais dos respectivos serviços”*.

#### **b) Da Norma aplicável e procedimento**

Quanto ao aspecto formal da dispensa propriamente dita, não consta ter havido publicação prévia de Aviso no sítio oficial do CONIMS, o que se justifica pela urgência da situação e essencialidade do serviço, o que deve ser, entretanto, formalizado no processo, na forma da Resolução CONIMS 109/23:

*Art. 2º É dispensável a licitação no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, nos termos do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, em especial **mas não somente:***  
(...)

*§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão **preferencialmente** precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, justificada a sua impossibilidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter **propostas adicionais** de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.*

Consta do feito pesquisa de preços, com indicação de valores de outras compras públicas, além dos orçamentos obtidos, na forma do artigo 2º, §§3º e 4º da Resolução nº 109/2023:

*“§ 4º A divulgação de que trata o § anterior poderá ocorrer a partir da instauração do Processo Administrativo e concomitante à realização da pesquisa de preços pelo Consórcio Público.”*

Consta a informação de existência de dotação orçamentária para o custeio da despesa proveniente da contratação proposta, documentos quanto às condições para a contratação e minuta do instrumento contratual aplicável à espécie.

A indicação do participante interessado com menor valor para a contratação, deve ser acompanhada da verificação da sua regularidade da sociedade e também de seus sócios.

Quanto à possibilidade de contratação direta pela via de dispensa, a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), traz as seguintes hipóteses e a devida instrução dos autos na forma do artigo 72 da mesma lei:

*“Art. 75. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e **somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial** ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no **prazo máximo de 1 (um) ano**, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, **vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;**”*

#### **c) Da celebração e vigência do contrato**

Consta dos autos que o vínculo que se almeja firmar com a prestadora do serviço é de natureza contratual.

A redação do item 11 do TR deve ser corrigida, pois assim posta:

**11.1.** O prazo de vigência **desta Ata de** Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de xx/xx/2025, ou até que o Contrato ou Ata de Registro de Preço decorrente de novo Pregão Eletrônico seja firmado, o que ocorrer primeiro, podendo ser cancelada a ata a qualquer tempo, conforme regularização da situação que deu origem a este processo.

Nesse ponto, a minuta do Contrato está incompleta (Cláusula Quinta) e deve ser complementada.

Observa-se que a quantidade de postos objeto do contrato é fixa e visa a atender a demanda emergencial em sua exata medida. A Vigência do contrato deve se dar, portanto, enquanto perdurar a situação emergencial, no prazo máximo previsto em lei, vedada a sua prorrogação.

#### **V – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, s.m.j, a contratação direta através de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, VIII da Lei 14.133/21, é possível se observadas as regras de publicidade no PNCP e no sítio oficial deste CONIMS, bem como ponderadas as ressalvas deste parecer.

Para consideração superior.

Pato Branco, 30 de janeiro de 2025.

**Maria Cecília Soares Vannucchi**  
OAB/PR 35.313